

DOS PRIMÓRDIOS DE CANUDOS AO SEU VICEJAR NA CONTEMPORANEIDADE: O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

Elane Santos Geraldo
Francisca de Paula Santos da Silva
Luiz Paulo Almeida Neiva

RESUMO: O presente artigo objetiva levantar as bases contextuais da história de Canudos, desde os seus primórdios, para contribuir com um entendimento sistemático da Canudos pré-conselheirista; seguida do lugarejo do Belo Monte – renomeado assim pelo beato Antônio Conselheiro ao se fixar definitivamente no lugar a partir de 1893, que alimentou o sonho de milhares dos seus seguidores até o seu aniquilamento total pelo Exército Brasileiro, em outubro de 1897, evocando povoamento, processo de ocupação da terra, os conflitos e contradições. Analisa-se, então, o contexto socio-histórico-cultural da Canudos atual que herdou aspectos da primeira e segunda Canudos. Este esforço busca alicerçar o entendimento deste território emblemático, analisando-se heranças e ancestralidades para fortalecer o ensino da história de Canudos.

PALAVRAS-CHAVE: Memória, História, Contexto, Canudos.

ABSTRACT: This article aims to survey the contextual bases of the history of Canudos, since its beginnings, to contribute to a systematic understanding of the pre-councilist Canudos; which was followed by the village of Belo Monte – named by the blessed Antônio Conselheiro when he definitively settled in the place in 1893, fact which fueled the dreams of thousands of his followers until its total annihilation by the Brazilian Army, in October 1897, evoking settlement, land occupation process, conflicts and contradictions. We then analyze the socio-historical-cultural context of current Canudos, which inherited aspects from the first and second Canudos. This effort seeks to support the understanding of this emblematic territory, analyzing its heritages and ancestries to strengthen the teaching of the history of Canudos.

KEYWORDS: Memory. History. Context. Canudos.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por propósito apresentar uma contextualização histórica da terceira Canudos, resultando um entendimento político-econômico e sociocultural de seu processo de formação. Além de analisar os clássicos períodos de formação da sociedade sertaneja e da guerra contra o Conselheiro, pretende-se tratar das consequências da guerra e no

processo social subsequente, que resultou na sociedade existente em Canudos e sua região, neste início de século XXI.

Ressalte-se que o presente texto não tem a intenção de finalizar a discussão ou apresentar interpretações conclusivas definitivas sobre o tema, mas, sim, sistematizar o entendimento dos pesquisadores por meio de aspectos relevantes com vistas a uma compreensão crítica e engajada. Nesse sentido, a efetuar uma ênfase no ensino de história, e, notadamente no ensino de história de Canudos. Este entendimento foi fruto da necessidade que existiu de compreender as tensões e contradições da sociedade local, herdeira de movimentos históricos enfáticos e marcantes, e que, afinal, têm repercussão na sociedade contemporânea local, influenciando assim na tomada de decisão sobre políticas públicas que podem ser empreendidas, sobretudo, no que concerne ao ensino público local de História.

O presente contexto é pressuposto para a compreensão das relações sociais locais, bem como base para outras construções sociais necessárias.

De acordo com Souza (2016), o contexto deve ser considerado uma leitura preliminar para a integração entre os sujeitos da pesquisa a fim de salientar as motivações históricas que influenciaram direta ou indiretamente, “[...] a maneira pela qual uma sociedade, uma coletividade, reproduz sua existência; (...) suas praticas sociais, suas relações, sua estrutura organizacional, cultura, hábitos, etc.” Meszaros (2002).

Ademais, para a realização de pesquisas em comunidades, o estudo do contexto é muito importante, como afirma a pesquisadora Aline Santos (2014, p.15), “é impossível estar engajado e implicado em uma pesquisa sem desenvolver um diálogo com os conhecimentos existentes [...], sobretudo ao contexto que envolve a comunidade baseada em seus processos históricos e sociais e nos sujeitos presentes nela”. A autora explicita a necessidade de concretizar esse procedimento para uma pesquisa bem sucedida e com engajamento dos atores sociais locais. Logo, acreditamos que todo o processo deve ser dialogado com a comunidade, estando o pesquisador a serviço da comunidade, e não o contrário.

O contexto é feito para fortalecer o entendimento dos pesquisadores envolvidos sobre as comunidades de práticas participantes de seus trabalhos. Isso representa em síntese:

- 1) Conhecer a leitura que os pesquisadores têm da comunidade;
- 2) Ser base de diálogo e construção coletiva do contexto sobre a questão em estudo pelo grupo de participantes, sem prevalência de privilégio hegemônico;
- 3) Servir de base de conteúdo e conhecimento para a elaboração das soluções aplicadas.

Desse modo, a compreensão histórica da construção social é imprescindível, o que torna o contexto que apresentaremos sobre Canudos uma peça *sine qua non*.

O INDISPENSÁVEL ANTECEDENTE INDÍGENA DE CANUDOS

A presença indígena no território brasileiro é essencial para compreender a formação histórica e cultural do país. No caso do sertão nordestino, isso é ainda mais evidente e marcante, tendo em vista que se tem conta que essa região era habitada por diversas tribos, entre elas a tapuia, nação reconhecida por sua bravura e estratégias de guerrilha.

Ao analisar a ancestralidade indígena da região de Canudos, é possível identificar a participação ativa de, pelo menos, três grupos indígenas sertanejos: os Kiriris, de Banzaê e Natuba; os Kaimbés, de Massacará; e os Tuxá, de Rodelas. Esses desempenharam papel importante na experiência de Belo Monte e na guerra de Canudos, contribuindo para a resistência e luta fratricida em defesa dos ideais de Antônio Conselheiro e seus seguidores.

Se por um lado, os indígenas os tapuias, em especial, os Kiririzeiros, eram conhecidos por bravura e domínio de estratégias de guerra; por outro, os Tuxás, de Rodelas, exerceram indispensável função no cuidado e tratamento dos feridos e doentes em Belo Monte. Cada um desses grupos tem suas próprias tradições, rezas e costumes, os quais se mesclavam com a luta e resistência de Canudos.

Os indígenas tinham em Canudos a sua rua - a rua do caboclo; tinham suas rezas, todos os dias ao amanhecer e à tarde rezavam o terço e acompanhavam a Ave Maria. Segundo o professor e antropólogo Reesink (2017), já haviam sido convertidos ao Cristianismo no século XVII pelas missões jesuítas. No final do século XIX, acabaram se juntando à luta de Canudos, tanto em razão do carisma do Conselheiro, quanto aos problemas que enfrentavam com os brancos: a opressão e segregação. Nesse contexto, os pajés utilizavam da “ciência” com fé nos “encantados” para a defesa de Canudos.

Além disso, a influência indígena no sertão vai além do envolvimento direto no conflito de Canudos. Muitos elementos culturais, tais como a caça, a pesca, a confecção de artesanato com materiais extraídos da natureza e o uso de plantas medicinais são heranças indígenas que perduram entre a população sertaneja.

Na linguagem, também se evidenciam traços da origem indígena, como “*arupemba*” e “*aió*” para se referir, respectivamente, a um tipo de peneira e bolsa (LEMOS, 2021) para citar apenas dois vocábulos, mas, intrinsecamente, vinculados ao cotidiano sertanejo. Outrossim, no prosaico, vemos como permanência de hábitos indígenas o descansar em redes e o andar descalço, refletindo, assim, heranças culturais que se mantiveram por séculos.

É pertinente assinalar que as comunidades indígenas eram formadas por uma sociedade sem classes sociais e sem a propriedade privada. Sua regra ampla era comunidade

comunal, o que permaneceu a despeito da catequese e da influência europeia. Nesse sentido, os ditos senhores toleravam tachando essas organizações e estruturas sociais como selvagens, pondo-as em um conceito de bugres advindos da barbárie. Nessa ótica, portanto, consideravam justificável toda sorte de violência contra essas pessoas. Conhecendo essa prática desses povos originários, fica uma questão em aberto: até que ponto esse modelo de sociedade influenciou os assentamentos do Belo Monte?

Atestar o afluxo cultural indígena que ainda permanece nas comunidades do sertão representa chancelar que a história e identidade dos sertanejos se constituíram também por meio dos povos originários, o que se tornou patente tanto nas situações de guerra, quanto se faz presente nas práticas cotidianas, nas tradições e nos costumes da região.

ASPECTOS CONTEXTUAIS DA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE SERTANEJA EM CANUDOS

A região de Belo Monte, rebatizada de Canudos por Antônio Conselheiro, em 1893, tem sua formação histórica conectada ao processo de desbravamento do sertão nordestino. A propriedade Casa da Torre, com gestão iniciada por Garcia d'Ávila no século XVI, teve um papel importante nesse processo. Suas fazendas de modo violento cresceram à medida em que avançavam pelo sertão, combatendo e “amansando” indígenas. A instalação de currais de criação de bois e de animais de pequeno porte é uma evidência desse processo de caráter colonizador e genocida.

Com eliminação de muitos dos povos originários ou de sua dominação, as novas características de pecuária do Belo Monte fizeram com que o local se tornasse ponto de encontro entre várias estradas, servindo como travessia e pouso obrigatórios para viajantes. Em face desse fluxo de passantes, tendo em vista a demanda, houve passou-se a ter na localidade a prestação de serviços, tais como os de ferreiros e consertadores de ferraduras para atender as necessidades das montarias. Não obstante, havia o criatório de bodes. Este era relevante fonte de renda na região, pois além do fornecimento da carne, o couro era mercadoria negociada para cidades vizinhas como Cumbe, atualmente denominada de Euclides da Cunha, e Monte Santo. Destarte, apesar de a região enfrentar os desafios da seca cruel aspecto para a sobrevivência no sertão, havia uma relativa integração a um circuito comercial através da indústria do couro e a produção de carne charqueada. Um dos registros desse moderado progresso, por exemplo, foi o esteio que propiciou o surgimento de feiras periódicas.

Embora em um primeiro momento da Canudos original não tivesse tido a presença do coronelismo, com o tempo o cenário mudou. Hoje, para analisar a trajetória histórica, é essencial destacar a influência do coronelismo na educação em Canudos. A falta de investimento em escolas e a perpetuação da prática de troca de favores reforçaram a exclusão social e educacional das classes mais pobres. A educação formal era reservada apenas

aos filhos dos “senhores”, enquanto a maioria da população continuava a ser educada pelos mestres de ofício. Essa herança do coronelismo dificultou não apenas ao acesso à educação formal, mas também gerou questionamentos sobre a importância da escola na comunidade. Como resultado, ainda na contemporaneidade, a falta de oportunidades educacionais adequadas contribuiu para a manutenção da desigualdade social e impede o desenvolvimento e a emancipação da população local, especialmente das comunidades rurais.

A influência prática e cultural da Casa da Torre e daqueles colonizadores ainda persiste na região de Canudos e Belo Monte. Atualmente, persistem na manufatura com a produção de artefatos de couro e na culinária local que tem na carne seca o ingrediente principal para a feitura de vários pratos típicos. De igual modo, a produção de rapadura a partir da cana-de-açúcar é uma tradição na região; a criação de gado *vacum* pelas grandes fazendas também era uma atividade importante no circuito comercial da região. Assim, marcando as raízes históricas que permeiam a práxis social aqui existente.

A estrutura urbana, a ideia de câmara, cidadania e de municipalidades são ideias cujas origens se firmaram a partir da estrutura social das nações de caráter senhorial colonizadoras de boa parte da América do Sul, Portugal e Espanha. Nessas ordens, há o funcionamento da propriedade sob as condições necessárias para a reprodução da existência social na mão dos senhores. Dessa maneira, constituem-se em classe dominante das relações sociais, uma estrutura igualmente herdada pelos sertões da Bahia.

Os “coronéis” utilizavam os povos locais como arrendatários nas novas fazendas, expandindo seu domínio e poder cada vez mais para o sertão. As terras da Casa da Torre eram doadas em regime de sesmarias, o que permitiu o surgimento de senhores das terras e Barões da Torre, que controlavam a extensão de propriedades na região.

A Casa da Torre, localizada na atual Praia do Forte, litoral norte baiano, era a sede do maior e mais poderoso latifúndio do século XVI ao XVIII. Estando a região de Canudos incluída em seu território, houve na formação da comunidade de Belo Monte a influência do processo de expansão da Casa da Torre, a Civilização do Couro no Sertão e o trabalho dos tropeiros. Com o enfraquecimento do poder da Casa da Torre, as terras passaram dos Barões da Torre para a família Dantas, herdeira dos D’Ávila, e finalmente do Barão de Jeremoabo.

Ademais, a Abolição da Escravatura (1888) e a peregrinação de quase duas décadas de Antônio Conselheiro foram eventos importantes na formação da comunidade. O arraial de Canudos, refundado por Antônio Conselheiro, recebeu o nome de Belo Monte devido às belas montanhas que cercavam o local, situado às margens do rio Vaza Barris, o mesmo rio que banhava a vila de Jeremoabo e que dá nome ao Barão de Jeremoabo.

Ao abordar esses aspectos, o estudo busca problematizar a realidade que contextualiza os estudantes locais ainda hoje, que refletem as características históricas da região, como lutas, fome, seca e um estilo de vida duro e sensível, da qual as populações

locais, inclusive a população estudantil, é herdeira. A influência político-econômica dos antigos coronéis e a falta de políticas públicas efetivas, decorrência histórica de sua influência, agrava ainda mais a situação, perpetuando o distanciamento entre a classe hegemônica e as classes proletárias que foram se formando.

É importante ressaltar que o objetivo do estudo não é discutir o coronelismo de forma central, mas, sim, compreender como essa prática política impacta a Canudos contemporânea, especialmente as comunidades mais pobres. A manutenção dos currais eleitorais dificulta a execução de políticas públicas e os favores ainda prevalecem sobre o bem-comum. A falta de investimentos em saúde, educação, segurança e geração de emprego e renda evidenciam o poder econômico e político das famílias de antigos coronéis, que agora são os principais capitalistas modernos.

Assim, ao analisar o contexto histórico e social de Canudos, é possível observar a influência do coronelismo na educação e nas condições de vida da população. A falta de acesso à educação formal e a ausência de políticas públicas adequadas contribuem para a perpetuação da desigualdade social e a dependência das classes mais pobres em relação aos líderes políticos e econômicos da região

Este trabalho procura mostrar como as raízes históricas são causas dos processos sociais que se sucedem até a contemporaneidade. Não podemos compreender os processos sociais presentes, sem arriscar interpretar suas causas históricas, mesmo que saibamos que a precisão das causas, em sua complexidade, sempre necessitará do diálogo crítico e mais acurado.

OS AFRICANOS, LEGADO E TRADIÇÕES NO SERTÃO

A presença africana no Brasil está diretamente ligada à sociedade escravagista implantada pelos portugueses e espanhóis a partir do século XVI. O tráfico de pessoas ocorreu inicialmente na costa africana, entre os rios Gâmbia e Níger. Apesar da contestação e do repúdio a esse sistema, o escravagismo não foi o único tipo de intercâmbio entre africanos e europeus. Houve importantes transações comerciais e até mesmo guerras entre mouros e cristãos, o que possibilitou trocas culturais entre diferentes grupos.

No sertão brasileiro, é possível identificar elementos introduzidos pelos africanos, árabes e muçulmanos na formação do sertanejo. Práticas como a cavalaria, que foi reproduzida na forma de vaquejada, bem como a rítmica musical, como o lundu, foram incorporadas ao cotidiano da região. A culinária também evidencia costumes provenientes da cultura africana, exemplo disso, é a produção do doce de umbu.

Para compreender a inserção dos negros na guerra de Canudos, faz-se necessário saber que esse segmento populacional residente em Belo Monte era formado por escravizados que buscaram agregar-se à comunidade de sertanejos e indígenas já ali estabelecida. Isso se deu em razão de que a mensagem libertária e de superação das

desigualdades sociais propagada por Antônio Conselheiro encontrou eco entre os negros recém-libertos, que viram em Belo Monte um espaço de acolhida e amparo.

O professor José Calasans (2015, p.100), em “Cartografia de Canudos”, no artigo *Antônio Conselheiro e a Escravidão*, escreve: “os negros de Belo Monte eram, segundo depoimentos da época, ex-escravos, egressos das senzalas, inadaptados ao novo regime de vida que, estabelecendo a alforria do homem, não criara condições para a ‘alforria da terra’, que tantos esperavam”. Negros apelidados “treze de maio”, jogados para um canto, desvalorizados por certos grupos. O autor também afirma:

Mais de 2000 pessoas, porém, surgiam a noite para ouvir os conselhos do Bom Jesus. “Ao anoitecer” prosseguiu o empreiteiro, “começavam a chegar e às 08:00 horas a praça estava cheia, tendo mais de duas mil pessoas, todas escravas e após o sermão, que em seguida um explicava ao outro, visto como somente os mais vizinhos poderiam ouvi-lo, todos cantavam a seguinte estrofe: “Louvado seja nosso Senhor Jesus Cristo”. Ao que as mulheres e meninos respondiam: “Para sempre seja louvado o nome de Maria”, e isto, até meia-noite, algumas vezes. De manhã não havia pessoa alguma no arraial.” A informação transcrita documenta, com segurança, as relações de conselheiro com os escravos da zona citada, que atentamente escutavam a Pregação do “santo” de Quixeramobim. Convém esclarecer, desde logo, que na região de Itapicuru onde Antônio Conselheiro passou grande parte da sua vida de pregador, havia, na época aqui estudada, apreciável número de pequenos engenhos, o que explica a presença de grande quantidade de escravos. (CALASANS, 1968, p.4)

Ao que se pode constatar, os negros habitantes das regiões próximas a Belo Monte, aderiram ao movimento Conselheirista e à mensagem libertária e de superação das desigualdades sociais evocadas pelo beato. Cada vez mais compreendiam que Belo Monte seria para si um espaço de acolhida e amparo. A prática vivenciada em Canudos era tão forte que atingiu fortemente os barões da região, a exemplo do Barão de Jeremoabo que externou a dificuldade em encontrar gente para o trabalho servil, tendo em vista que os negros alforriados da região estavam se deslocando para o Arraial, conforme relata o Professor José Calasans:

O povo em massa, declarou o Barão, abandonava suas casas e afazeres para acompanhá-lo. Com a abolição do elemento servil ainda mais se fizeram sentir os efeitos da propaganda, pela falta de braços livres para o trabalho. A população vivia como que em delírio ou em êxtase e tudo quanto não fosse útil ao incalculado enviado de Deus, facilmente não se prestava. Os cemitérios e capelinhas eram construídos com materiais carregados na cabeça ou puxados por pessoas do povo na distância. Assim, foi escasseando o trabalho agrícola e é atualmente com sua dificuldade que uma ou outra propriedade funciona embora sem a precisa regularidade. (BARÃO DE JEREMOABO apud CALASANS, 1968, p.5)

Compreende-se, desse modo, que foi sobremodo relevante presença e participação dos negros no arraial de Belo Monte, que se constituiu, por assim dizer, na evocação de Calasans (2015) como o “último quilombo”. Registre-se também, que essas constatações da presença histórica dos negros naquele passado parecem permanecer com evidentes traços no perfil da população atual.

A ancestralidade africana, congoleza, nigeriana, ou angolana, principalmente, vai agregar-se ao Belo Monte, acrescentando suas práticas e valores. Mais elementos que se somaram ao que se percebe de práxis social na contemporaneidade.

O CONTEXTO HISTÓRICO DA COMUNIDADE CONSELHEIRISTA – CANUDOS OU BELO MONTE?

Antônio Vicente Mendes Maciel – Antônio Conselheiro, o demiurgo fundador de Belo Monte

O Conselheiro começou a desenvolver a comunidade de Belo Monte, construindo casas, igrejas e estabelecendo normas para a convivência dos habitantes. Ele pregava uma vida simples e devota, buscando a igualdade entre as pessoas e uma sociedade mais justa. Sua presença atraiu muitos seguidores, principalmente os mais marginalizados da sociedade, como sertanejos, vaqueiros, retirantes e índios. Muitos enxergavam nele uma figura messiânica, capaz de liderar a luta contra a opressão que sofriam.

No entanto, o crescimento e a influência de Conselheiro incomodaram as autoridades e elites locais, que viam a comunidade de Belo Monte como uma ameaça ao seu poder e à ordem estabelecida. A tensão entre os habitantes de Canudos e o governo foi aumentando ao longo dos anos, até que em 1896, o conflito armado entre o Exército brasileiro e os sertanejos de Canudos estourou.

A guerra de Canudos foi marcada pela resistência obstinada dos sertanejos, que lutaram contra um exército bem armado e treinado. No entanto, após meses de cerco, o exército conseguiu tomar a comunidade e Antônio Conselheiro foi morto. Apesar da derrota militar, Canudos se tornou um símbolo de resistência e luta contra a opressão. O conflito despertou a atenção para as condições precárias de vida do sertanejo e levantou questões sobre a desigualdade social e o abandono do Estado nas regiões mais remotas do país.

Hoje, Canudos é reconhecida como um importante marco na história brasileira, representando a resistência e a luta dos mais marginalizados contra as injustiças sociais. A memória de Antônio Conselheiro e dos sertanejos de Canudos permanece viva, sendo estudada, discutida e lembrada como um exemplo de coragem e perseverança.

O cotidiano da comunidade de Belo Monte

A comunidade de Canudos era altamente organizada, tendo pessoas a desempenharem distintas funções. Além do Conselheiro, havia João Abade, que era responsável pelas necessidades básicas da população, Beatinho, braço direito e porta-voz do Conselheiro, e Manuel Quadrado, médico da comunidade. Outros habitantes notáveis eram João Grande, Antônio Vilanova, Macambira, Estevão, Chico Ema, os irmãos Macambira e Pajeú, que se tornaram líderes guerrilheiros durante o conflito.

A vida em Canudos era baseada em princípios simples, com o trabalho e seus frutos sendo compartilhados igualmente entre todos. Os cultos religiosos eram liderados pelo Conselheiro, que era considerado uma figura paterna pelos sertanejos da região. O líder era profundamente religioso, embora tivesse algumas discordâncias em relação ao catolicismo predominante e se opusesse ao casamento civil e à separação da igreja e do estado, que foram introduzidas durante a República.

Canudos era, para sua época, uma sociedade altamente revolucionária, onde não havia exploração, dominadores ou dominados, e a terra pertencia a todos. Essa forma de vida parece ter ecoado as influências culturais indígenas, ibéricas e africanas, que se desenvolveram através das interações específicas do local e das pessoas que foram se aglomerando ao redor do Conselheiro.

O que era Canudos?

Segundo Marco Antônio Villa (1993), o Belo Monte constituía-se em uma comunidade sertaneja sob o dilema da sobrevivência e o baixo desenvolvimento das forças produtivas. Entretanto, com duas “independências”. Uma relacionada ao poder político, sobretudo após 1895, quando não há mais o recolhimento dos impostos que deveriam ser pagos à intendência de Monte Santo. Outra, na esfera religiosa, quando da expulsão dos frades capuchinhos e do padre Sabino, em 1895. Sendo os dois últimos anos, mais precisamente entre maio de 1895 e 1896, antes da sucumbência pelas mãos do Exército, os mais prósperos.

É verdade, contudo, ainda segundo Villa, que, ainda nesse tempo de relativa prosperidade relativa, os seguidores de Conselheiro estavam em condição de latente pobreza. Com grande necessidade das doações de conselheiristas que estavam fora do Belo Monte e de outros membros da comunidade que enviavam donativos, tanto em espécie quanto em alimentos, e que costumavam chegar aos domingos, dia de maior celebração religiosa. Sob as difícilimas condições naturais, essas contribuições deram alento e socorro à comunidade do Belo Monte e deram fôlego para o desenvolvimento daquele núcleo populacional.

Sedimentado na tradição do Cristianismo, o comunitarismo sertanejo sustentou

milhares de pessoas, não em fartura, mas meramente apaniguados. Não se nega a existência de desigualdade social, indicada pelos relatos daquele momento. Todavia, não para ser um instrumento de domínio político como praxe em outras comunidades do sertão.

O fundamento disso divide-se em dois pontos: o primeiro, relacionado aos valores religiosos do Cristianismo e que elencam a solidariedade como um dos seus pilares; o segundo, por seu turno, ligado à carismática liderança de Conselheiro. Esse cenário, com esse tipo de organização, inviabilizava a ascensão de alguma liderança coronelista.

Comportamentos e costumes da Canudos de outrora ainda se manifestam na contemporaneidade do município e região. Nos mais de 130 anos de fundação daquele núcleo, até o tempo presente, as gerações reproduzem aspectos ainda indissolúveis.

Uma guerra fratricida contra Canudos: uma charqueada

As razões para a ira da República e seu intento de exterminar o movimento conselheirista em Canudos vão além do episódio das madeiras para a cobertura da Igreja Nova. Os autores recorrem a pesquisas e entrevistas com especialistas para esmiuçar essas motivações.

O crescimento do arraial de Belo Monte levou à necessidade de construir um templo maior, a Igreja Nova. O fornecedor das madeiras para essa construção recebeu pagamento antecipado, mas se recusou a entregá-las, o que provocou a ira de Antônio Conselheiro e a decisão de recuperá-las a qualquer custo. No entanto, é importante entender a conjuntura política na Bahia e a recém-implantada república no Brasil para abranger melhor as motivações por trás da guerra de Canudos.

Após a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889), houve uma reestruturação nas forças políticas na Bahia, com antigas militâncias monarquistas se transformando em republicanas. Essa mudança levou a uma disputa pelo poder regional entre o governador Luís Viana e José Gonçalves. Os dois, ligados a famílias aristocráticas e poderosas, lutavam pelo controle da Bahia na nova república federativa.

Essa disputa política repercutiu também na relação entre o Estado e a Igreja Católica, que anteriormente tinha uma ligação estreita com o regime monárquico. Com a República, o Estado se tornou laico e a igreja entrou em confronto com o novo regime. No entanto, por depender do Estado para garantir seus privilégios econômicos e o monopólio da fé, a igreja logo se aliou aos latifundiários e à força armada do Estado.

Conselheiro, por sua vez, opunha-se firmemente à República, acreditando que o imperador era uma escolha divina e que a intervenção estatal em sua destituição era sacrilégio. Ele confrontou não apenas o regime republicano, mas também a igreja, que passou a vender sua imagem e a se aliar aos poderosos.

Canudos não foi, portanto, resultado de um incidente isolado, mas, de uma série de disputas políticas e confrontações entre as oligarquias. A destruição de Canudos

representava a afirmação do poder oligárquico e do latifúndio, além de uma ameaça aos camponeses e trabalhadores rurais. Qualquer movimento popular proveniente das classes subalternas seria violentamente reprimido.

Em suma, a turbulência política na Bahia tinha o objetivo de justificar a eliminação física da liderança de Canudos e a destruição do arraial como forma de afirmar o poder e reprimir qualquer movimento social das classes subalternas.

As quatro expedições - da matadeira à degola

A história das expedições militares em Canudos, que resultaram na destruição da cidade e na morte de muitos dos seus habitantes, deixou marcas profundas na memória coletiva da região. A brutalidade e crueldade dessas ações são lembradas até os dias de hoje e servem como reflexão sobre a resistência do povo de Canudos e sobre o poder opressor do Estado.

A Primeira expedição chega a Juazeiro utilizando transporte ferroviário, na manhã do dia 07 de novembro de 1896, sob o comando do Tenente Manoel da Silva Pires Ferreira, do 9º Batalhão de Infantaria. A tropa era composta de 03 oficiais e 104 praças, além de uma ambulância. O principal objetivo dessa expedição era guarnecer a cidade de Juazeiro. No entanto, abusando do poder que lhes era concedido, o juiz Arlindo Leoni ordenou que a expedição seguisse ao encontro dos conselheiristas. No dia 19 do mesmo mês, a tropa acampou em Uauá.

A segunda expedição sob o comando do major Febrônio de Brito, assim como Pires Ferreira, também pertencia ao 9º batalhão de Infantaria, só seguiu em direção a Canudos após a autorização do comando do Distrito Militar em Salvador. Chegaram a Monte Santo em dia 29 de dezembro de 1896, transformando a localidade em base de operações. Ressalte-se que esta foi a tropa composta por mais de 600 homens, sendo a primeira tropa a levar armamentos pesados para o combate. No dia 12 de janeiro de 1897, o comboio partiu para Canudos pela estrada do Cambaio.

A terceira expedição, chefiada pelo temido Coronel Moreira César, conhecido pela alcunha de Corta-cabeças, deixou os republicanos cheios de esperança. A tropa contando com 1.281 homens chegou a Salvador em 06 de fevereiro de 1897 e seguiu de trem até Queimadas. Posteriormente, seguiu até Monte Santo onde estava localizada a base de operações, de onde fizeram a decisão de seguir por outro destino para atacar Belo Monte. Seguindo para o Cumbe – atual município de Euclides da Cunha – onde fizeram acampamento, passaram pelos arraiais de Laje e Lajinha.

Para o comando da quarta expedição militar contra Canudos, as autoridades da República escolheram o Coronel de brigada Artur Oscar de Andrade Guimarães, chefe do II Distrito Militar, sediado em Recife. As mobilizações iniciaram a partir de 21 de março, quando o Coronel Artur Oscar já se encontrava em Queimadas. Essa expedição

foi dividida em duas colunas, uma sob o comando do general João da Silva Barbosa e a outra pelo general Cláudio do Amaral Savaget. No dia 22 de setembro de 1897, morreu Antônio Conselheiro. Dia 24, fecharam o cerco contra Canudos e assim foram feitos os primeiros prisioneiros. O cerco a Belo Monte avançava e Euclides da Cunha anotou o que ocorreu em 1º de outubro de 1897: “quartos minúsculos despedaçando homens, mulheres e crianças sobre as quais descia, às vezes, o pesado teto de argila, pesadamente, como a laje de um túmulo”. Finalmente, no dia 05 de outubro de 1897, em Canudos, só restaram vivos, quatro últimos dos seus defensores: “um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados”, como assinalou o autor de *Os Sertões*:

Fechemos este livro:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente 5 mil soldados.

Ademais, não desafiaria a incredulidade do futuro a narrativa de pormenores em que se amostrassem mulheres precipitando-se nas fogueiras dos próprios lares, abraçadas aos filhos pequeninos...

E de que modo comentaríamos, com a só fragilidade da palavra humana, o fato singular de não aparecerem mais, desde a manhã de 3, os prisioneiros válidos colhidos na véspera, e entre eles aquele Antônio Beatinho, que se nos entregara, confiante — e a quem devemos preciosos esclarecimentos sobre esta fase obscura da nossa História? Caiu o arraial a 5. No dia 6 acabaram de o destruir desmanchando-lhe as casas, 5.200, cuidadosamente contadas. (CUNHA, 2003. p.407)

Merece registrar que a quarta e última expedição para destruir Canudos, a mais armada, a mais sanguinária, a mais avassaladora, incendiou a cidadela com querosene para que não restasse pedra sobre pedra. Não se contentando, cometeu o maior crime perpetrado em uma guerra: a degola de todos os sobreviventes, como registrou a denunciar a barbárie Horcades (1899). Ele, Alvim Martins Horcades (1860-1940), era estudante de medicina e atuou na guerra a serviço do Comitê Patriótico. Inicialmente, a princípio destinado a atender os militares feridos, mas acabou também por atender conselheiristas. Desse modo, seu relato é essencial para preencher o quadro do contexto do conflito.

A despeito de já se ter passado mais de um século, a memória da guerra continua viva entre os descendentes e novos moradores da região. Essa memória é transmitida entre as gerações e serve como forma de fortalecer o espírito crítico e a identidade da comunidade local. Através dessa memória, reflete-se acerca das formas de pertencimento, as permanências e as transformações ao longo do tempo, assim como preservar a história e o legado da resistência do povo de Canudos.

As marcas deixadas pela guerra, como a degola dos sobreviventes, são lembradas como atos de violência extrema e demonstram a brutalidade das ações militares. Essas marcas sanguinárias são associadas ao poder de resistência dos conselheiristas, que mesmo diante das maiores adversidades, não se renderam e lutaram bravamente.

Para além da guerra, a comunidade do Belo Monte foi a primeira a se constituir com sujeitos que já não queriam estar subalternos e tributários aos coronéis. Era, portanto, uma comunidade contrária à ordem e classes sociais tradicionais introduzidas pela colonização desde a época da Casa da Torre. A derrota militar não restaurou o vigor e adequação da velha ordem social. Uma das heranças da guerra de Canudos será uma situação de crise social endêmica, uma pobreza fruto da falha da antiga estrutura social do coronel, incapaz de satisfazer a sociedade, acompanhada da incapacidade dos descontentes em modificar sua realidade, já que a tentativa resultou apenas em um massacre. Essa herança de crise contínua, unida a impressão de que não se era capaz de transformar, atravessou a guerra e passou a pertencer às comunidades da região (CHIAVENATO, 1990).

SEGUNDA E TERCEIRA CANUDOS

Segunda Canudos – dos escombros incendiados se fizeram o pranto e a construção

Esta seção faz uma abordagem da segunda teimosia de Canudos, que teimava em sobreviver, que se inicia cerca de uma década após o aniquilamento do Arraial, denominado de Belo Monte pelo seu demiurgo e construtor devotado Antônio Conselheiro.

Certo é que, em de outubro de 1897, Canudos tornou-se uma miragem, restando apenas um pequeno grupo. Nas palavras de Boaventura (1996, p.67): “Pouco a pouco, dos escombros, juntaram-se as pedras, na proporção que iam retornando os seus habitantes. E assim surgiu a segunda Canudos”. A citação de Edivaldo Boaventura, esteio da criação do Parque Estadual de Canudos, quando secretário da Educação e Cultura da Bahia, sintetiza com pungência o ressurgimento da cidade que, expugnada pelo ferro e pelo fogo, viria a ser novamente apagada do mapa pela água, pouco mais de seis décadas depois de ressurgida.

A segunda Canudos foi reconstruída por algumas famílias que retornaram ao local após a guerra. Essas famílias, como as Ciríaco, Guerra, Régis, Pedrão e Canário, construíram uma nova cidade com uma grande praça central, onde estavam localizados o mercado e a nova igreja de Santo Antônio. A cidade prosperou até os anos 1960, quando as águas do açude Cocorobó a submergiram, juntamente com os marcos históricos do sítio conselheirista. A construção do açude Cocorobó foi parte de um projeto de desenvolvimento do governo federal, que trouxe mudanças significativas para a vida dos habitantes de Canudos, incluindo a construção de uma escola e a chegada de infraestrutura moderna,

como energia elétrica e água encanada. No entanto, a construção do açude também foi responsável pela destruição final de Canudos, que ficou submersa durante décadas. Em 1996, quando as águas do açude começaram a diminuir, restaram apenas ruínas da antiga cidade. Desde então, Canudos vem sendo objeto de debates sobre a preservação de sua memória histórica. Há quem argumente que o açude foi construído para apagar a memória de Canudos, enquanto outros defendem a sua importância econômica devido à presença do DNOCS na região. Apagar, portanto, a luta sertaneja por uma outra ordem social.

Terceira Canudos: do afogamento pelas águas emergem novas batalhas

O município de Canudos tem uma história marcada pela influência da família de Garcia d'Ávila, proprietária da antiga Fazenda Canudos. No final do século XIX, Antônio Conselheiro começou a frequentar a fazenda e fundou o Arraial Belo Monte, que ficou conhecido como Canudos. Esse local foi palco do conflito entre 1896 e 1897.

Em 1969, com a inauguração de um açude na região, os moradores foram reassentados na Terceira Canudos e começaram a reconstruir a cidade. A terceira Canudos só foi oficialmente elevada à categoria de município em 1985, após se desmembrar de Euclides da Cunha.

O desenvolvimento econômico do município de Canudos é limitado, o que o torna um dos mais pobres da Bahia. A dependência das transferências constitucionais como principal fonte de receita e a falta de atividades geradoras de renda e emprego contribuem para os baixos índices econômicos e sociais da região. O êxodo rural também é uma realidade, resultando na falta de autonomia do município. De fato, nos parece que a herança de pobreza e derrota na tentativa de transformação, direcionava a comunidade para uma desolação constante.

A modernização aos poucos se estabelece. O primeiro fator para ela é o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, mesmo considerando a prática da inundação da velha Canudos, sem dúvida estabeleceu novos padrões de irrigação, de propriedade, de trabalho, que começava a ser assalariado. A BR 116 que cruzou o município, aproximando as vizinhas Euclides da Cunha, antiga Cumbe, e Uauá, e unindo via Bendengó, distrito de Canudos, a Salvador, Recife, Fortaleza, trouxe o impulso da sociedade de mercado, e novas classes sociais, práticas e valores, passaram a conviver com as heranças históricas.

A presença da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em Canudos, desde 1986, através da criação do Parque Estadual de Canudos, representa um marco nesta transformação da modernidade, servindo para dar novas dimensões e integrações às heranças históricas, transformações sociais, e tendências de futuro. O município e sua população hoje projetam melhorar a competitividade econômica e fortalecer as relações

com os municípios vizinhos. Além disso, é preciso questionar a estrutura administrativa atual e se adaptar às mudanças necessárias para o desenvolvimento sustentável.

A nova Canudos, mais de um século depois, reencontra as transformações sociais que talvez sejam parte daquilo que almejavam seus ancestrais, afinal o açude é um mar, como previa o Conselheiro. Por outro lado, dos escombros e das dificuldades de um povo vítima da injustiça dos poderosos e das instituições da república, até que ponto continuam imbuídos do propósito da transformação e da construção de um futuro melhor. São muitos os testemunhos neste sentido colhidos pelas ações da UNEB na região.

A Universidade do Estado da Bahia e Canudos

A Universidade do Estado da Bahia tem desempenhado um papel fundamental na preservação da memória e história da guerra de Canudos. Em 1986, foi criado o Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC), juntamente com a formação de uma equipe multidisciplinar de pesquisadores, financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), e uma varredura arqueológica no Parque Estadual de Canudos (PEC). A instituição universitária também foi responsável por implantar no PEC um modelo dedicado a ser uma unidade de conservação, abrangendo aspectos arqueológicos, históricos, ecológicos e agronômicos.

Outrossim, realizou o Projeto Interdisciplinar de Desenvolvimento Integral da Área do Sertão de Canudos (PIDIASC), que teve como base a pesquisa participativa e o diálogo entre os diferentes atores sociais envolvidos no projeto. Os resultados desse projeto foram posteriormente compilados e publicados em um livro.

Ao longo dos anos, a universidade tem promovido diversas Semanas Culturais de Canudos, que contaram com a participação de estudiosos, artistas, formadores de opinião, pesquisadores e interessados na saga conselheirista. Também foi lançada a Cartilha Histórica de Canudos, desenvolvida com a colaboração de representantes da comunidade e grupos de trabalho designados para esse fim.

Em 1993, no centenário de fundação de Belo Monte, foi realizado um seminário temático com a participação de intelectuais, estudiosos e da população de Canudos. A partir de 1995, a presença da UNEB no município se intensificou, com a implementação de diversas ações formativas, como o Memorial Antônio Conselheiro, o Parque Estadual de Canudos, o Núcleo de Audiovisual e o curso de pedagogia oferecido pelo Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).

Em 2016, foi inaugurado o Campus Avançado de Canudos, um projeto estratégico que visa criar uma unidade de gestão acadêmica e administrativa no município. Essa iniciativa possibilitou a oferta de cursos na modalidade EaD, como Administração, Ciências da Computação, Geografia, História e Letras, além de especialização em Gestão Pública Municipal.

O objetivo da Universidade do Estado da Bahia nessa atuação em Canudos é contribuir para o desenvolvimento local sustentável por meio da pesquisa, extensão e ensino de graduação. Além disso, a instituição busca capacitar jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica por meio do Núcleo de Audiovisual e do Núcleo de Robótica, em parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), Campus *Party* e a Prefeitura Municipal.

Por fim, destaca-se a instalação de um programa de doutorado em Crítica Cultural, oferecido pelo Departamento de Linguística, Literatura e Arte (DLLARTES), Campus II, Alagoinhas, o que fortalece a presença da universidade no meio acadêmico e beneficia inúmeros municípios baianos.

Todas essas ações demonstram o comprometimento da UNEB com a preservação da memória e história de Canudos, assim como com o desenvolvimento socioeconômico do município, que enfrenta desafios como baixos índices de desenvolvimento humano e educação básica.

CONCLUSÃO

Este artigo apresentou uma contextualização histórica da cidade de Canudos, Bahia tendo como norte um entendimento político-econômico e sociocultural de seu processo de formação, bem como sobre a herança e os escombros da civilização colonial e do seu coronelismo, do movimento do Conselheiro e da guerra, com sua herança de desolação e desesperança. Assinalamos a resiliência de muitos conselheiristas do arraial e também extramuros, tachando-a com a significativa expressão nordestina teimosia para definir essa marca de resistência.

Registramos, por fim, o contexto da Canudos atual como uma denotação que empreender superar sua herança em busca de um futuro de transformações. Nisso, entretanto, sem prescindir da história de lutas e projetos do passado, mantendo, contudo, o foco nas transformações presentes e necessárias. De igual modo, analisamos os clássicos períodos de formação da sociedade sertaneja e da guerra contra o Conselheiro, tratando das consequências da guerra e no processo social subsequente, cujos desdobramentos desembocam na sociedade ora existente em Canudos e sua região, neste início de século XXI.

Fazemos notar que este texto não intenta finalizar a discussão ou apresentar interpretações conclusivas definitivas. Partimos do pressuposto de que é apenas uma das balizas que podem fomentar discussões, servir de fundamentação para outros pesquisadores sobre o tema e/ou aqueles cuja necessidade premente seja o aprimoramento para pesquisa e/ou docência. Dessa sorte, abrimos o leque de discussões congregando aspectos relevantes para uma compreensão crítica e engajada e que contribua para os demais estudos nestes tema e segmento.

BIBLIOGRAFIA

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Parque Estadual de Canudos: criação e evolução.** Revista Canudos, Salvador, v. 1, n. 1, p. 65-79, 1996. 2. ed. rev. Salvador: CEEC/UNEB, 1996

CALASANS, José. **Cartografia de Canudos**, - 2 ed. –Salvador: Assembleia Legislativa, 2015.330p.

_____. **Antônio Conselheiro e a escravidão.** Salvador: S.A. Artes Gráficas, 1968. Disponível <<http://josecalasans.com/downloads/artigos/15.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

CHIAVENATO, Júlio. **Cangaço, a força do coronel.** São Paulo: Brasiliense, 1990. (Coleção Prestígio)

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões.** São Paulo: Ediouro, 2003. (Coleção Prestígio)

HORCADES, Alvim Martins. **Descrição de uma viagem a Canudos.** Bahia: Litho-Typographia Tourinho, 1899.

LEMOS, Wagner. **Sergipe entre Literatura e História.** Aracaju: Editora SEDUC, 2021.

MÈSZÁROS, István. **A Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

SANTOS, Aline de A. **Ancestralidade e história no recôncavo baiano: Construção do conhecimento ancestral no povoado de São Braz, em Santo Amaro.** 142 f. Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação, Campus I Salvador, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, 2014.

SOUZA, Antônio Lázaro Pereira de. **RPG Digital instrumento pedagógico para o ensino da abolição da escravidão na Bahia.** 2006. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador 2016.

VILLA, Marco Antônio. **Canudos: o povo da terra.** 1993. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.